

Revista

AproximAção

Juizados Especiais Autocomposição Cidadania

2ª Vice-Presidência do TJPR

Aqui
tem



CEJUSC

Paz e Cidadania



Caras Amigas e Caros Amigos,

Aqui tem CEJUSC: eis o mote da ação promovida pela 2ª Vice-Presidência, com o objetivo, em cumprimento ao planejamento estabelecido, de identificar cada uma das novas unidades certificadas e instaladas no Paraná.

Os CEJUSCs previstos no NCPC e na Lei de Mediação - observado o regramento da Resolução nº 125/2010-CNJ -, tornam concretas as diretrizes das políticas judiciárias de autocomposição e de cidadania, tais como estabelecidas pelo Conselho Nacional de Justiça e pelo NUPMEC do TJPR.

Para que se torne possível a existência de ao menos um CEJUSC em cada uma das 161 comarcas do Estado (incluídos neste número os Foros Regionais), o NUPMEC aprovou o Plano de Estruturação e Instalação dos CEJUSCs do TJPR, que contempla um cronograma para as certificações e início dos trabalhos de todas as unidades.

Em cumprimento a essa agenda, apenas na primeira fase de execução do Plano já foram estruturados e estão em vias de instalação, nos próximos dias, cerca de 30 novos Centros, o que representará, somente nesta etapa, acréscimo de quase 200% ao número de CEJUSCs existentes no Estado nos últimos cinco anos.

No segundo semestre serão estruturados e instalados Centros nas comarcas de entrância intermediária e inicial, o que possibilitará, em curto espaço de tempo, que o Paraná seja a Unidade da Federação com mais CEJUSCs por habitante do Brasil.

Convido todos a fazerem parte desta transformação do Sistema de Justiça, aderindo à proposta do CEJUSC e contribuindo para a difusão da paz e da cidadania em sua comarca.

Paraná: aqui tem autocomposição; aqui tem cidadania. Aqui tem CEJUSC!

Abraço cordial,
Fernando Wolff Bodziak
2º Vice-Presidente do TJPR

A vez do CEJUSC	02
Resoluções do Órgão Especial	05
Justiça ao Torcedor	05
Vara Descentralizada do Boqueirão é instalada em Curitiba	06
As capacitações continuam!	07
TJPR participa do III FONAMEC	07
TJPR recebe comitiva dos EUA.....	08
Justiça Restaurativa, meta para 2016.....	08
Justiça e Cidadania também se Apreendem na Escola	09
Projeto Criança e Adolescente Protegidos.	10
Justiça na Ilha.....	11
Casamento Coletivo Cidadão	11
Wenceslau Braz reforça Rede de Proteção à Criança	12
Eu não aceito violência - e você?	12

Expediente

Supervisor-Geral
Desembargador Fernando Wolff Bodziak
Juiz Coordenador
Fábio Ribeiro Brandão
Coordenação-Geral
Durval Pacheco de Carvalho Neto
Cíntia Cristina Martins Ferreira
Coordenadora de Comunicação
Marília Seeling
Colaboradores desta Edição
Cláudia Leitner
Cleverton Bueno de Oliveira
Diogo Rodrigues Manasses
Gustavo Pielak Kuinsler
Jair Tonial Filho
Karina Resende Carula
Juliane Dalcanale
Lígia Maria Mazzo Werner
Luana Thais Kessler
Maria Luiza Mendes Xavier Vianna
Soraya Costa Esmanhotto
Ricardo Kaehler Meister



CEJUSC

Paz e Cidadania

2016 chegou trazendo uma série de desafios para a política de autocomposição. Com a entrada em vigor da Lei de Mediação (em dezembro de 2015) e do Novo Código de Processo Civil, em março deste ano, uma gama de readaptações precisou ser pensada para todo o Sistema de Justiça no Brasil.

A nova legislação criou mecanismos que privilegiam a conciliação e a mediação entre as partes enquanto forma de solução para os litígios, trazendo uma proposta de mudança cultural aos operadores do Direito e aos cidadãos. Com isso, as novas regras também despertaram uma preocupação: a preparação da estrutura do Judiciário para atender as modernas demandas.

Seguindo essas considerações, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) aprovou, também no mês de março, a atualização da Resolução nº 125/2010. A emenda estabeleceu, entre outros pontos, a criação do Cadastro Nacional de Mediadores Judiciais e Conciliadores, que possibilita que as partes (com seus advogados) escolham os mediadores com base no histórico de casos, bem como traçou diretrizes relativas à instalação e ao funcionamento dos Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania (CEJUSCs), criados pela mesma resolução, e previstos no NCPC.

Além dessas mudanças, o CNJ estabeleceu um prazo para que os Tribunais encaminhassem um plano de implantação daquela resolução. Antecipando essa necessidade, ainda no início de fevereiro, o TJPR lançou o Plano de Estruturação e Instalação de CEJUSCs em todo o Estado. Aprovado pelo Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (NUPMEC), o estudo está regulamentado pela presidência do TJPR através do Decreto Judiciário nº 286/2016, publicado no Diário da Justiça do dia 21/03/2016.

Plano de Estruturação e Instalação dos CEJUSCs

O documento é fruto de seis meses de estudos elaborados por uma comissão formada pela 2ª Vice-Presidência do TJPR. Ao final do trabalho foi elaborado um plano que contempla a previsão do mais adequado modelo de CEJUSC para a realidade paranaense.

Inédito no País, o material prevê a oferta de serviços processuais, pré-processuais e de cidadania em curto espaço de tempo e sem custos extras à administração do Tribunal. Além da prestação dos serviços, o plano pretende auxiliar na difusão da cultura da autocomposição nas unidades judiciais e também na comunidade.



PRÉ

CEJUSC



PRO

CEJUSC



CID

CEJUSC

Pensando em viabilizar o funcionamento dos CEJUSCs em todas as comarcas do Estado, o plano trabalha com um modelo de certificação. Antes de instalados, os novos CEJUSCs serão avaliados pelo NUPEMEC, que fará a certificação mediante aprovação das estruturas física e profissional, nos moldes do que preconiza o Conselho Nacional de Justiça e em conformidade com a legislação federal.

A partir dessa análise, o NUPEMEC desenvolveu selos de três modalidades de serviços que podem ser prestados pelos CEJUSCs. São eles: PRÉ, PRO e CID, relativos, respectivamente: àqueles de caráter pré-processual, realizados através de parcerias com faculdades; processuais, através das práticas autocompositivas que se dão no curso do processo; e de cidadania, com a orientação da população e garantia de seus direitos.

As estruturas profissional e física são garantidas através do funcionamento dos Centros PRO em horário de contraturno, com força de trabalho constituída, exclusivamente, por servidores do quadro do Poder Judiciário do Paraná. Tais servidores receberão gratificação pela prestação de serviço extraordinário decorrente das audiências/sessões que realizarem. A capacitação dos facilitadores (conciliadores/ mediadores) vem sendo realizada desde o ano passado. Atualmente, mais de mil servidores já concluíram o curso.

Para divulgar a iniciativa e sanar eventuais dúvidas a respeito do processo, a 2ª Vice-Presidência criou um espaço no site do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná onde disponibilizou a íntegra de todo o plano, explicando em detalhes o seu funcionamento, os órgãos envolvidos, bem como toda a legislação pertinente. O conteúdo ainda foi repercutido pelo site do CNJ, que publicou uma matéria sobre o plano. Até o final do primeiro semestre a página já havia registrado quase meio milhão de acessos.

Da mesma forma, a seção paranaense da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) dedicou seu apoio à iniciativa. O Presidente da organização no estado, José Augusto Araújo de Noronha, recebeu pessoalmente o 2º Vice-Presidente do Tribunal de Justiça do Paraná, desembargador Fernando Wolff Bodziak, para apresentação do estudo. Ao final do encontro o plano foi elogiado e um material de divulgação acabou veiculado no site daquela entidade.

Cronograma de Instalação

A execução do Plano de Estruturação e Instalação dos CEJUSCs do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná teve início, oficialmente, no dia 29 de março de 2016. O cronograma de instalação das unidades de CEJUSCs, bem como da reestruturação dos 11 Centros existentes até então, previu que as Comarcas das Regiões Metropolitanas de Curitiba, Londrina e Maringá, bem como as Comarcas de Cascavel e de Foz do Iguaçu, fossem as primeiras contempladas. Na sequência, a instalação deve atingir as comarcas de entrância final e intermediária, e, por fim, as comarcas de entrância inicial.

Cada uma dessas etapas de instalação dos Centros está sendo acompanhada pela equipe da 2ª Vice-Presidência, que mantém contato direto com os Juízes Diretores dos Fóruns de todas as comarcas do Estado. Os servidores com cargo de provimento efetivo do TJPR também já foram contatados, por meio de mensageiros e formulário eletrônico, para manifestar seu interesse em atuar como coordenadores ou facilitadores, junto aos CEJUSCs.

Para otimizar os resultados, a 2ª Vice-Presidência atua, como de regra, valendo-se da divisão do Estado em quatro Coordenadorias Regionais, o que possibilita que cada equipe funcione junto a um grupo de, em média, 40 comarcas. Dessa maneira, as equipes trabalham de forma simultânea, promovendo instalações de CEJUSCs PRO em todas as regiões do Paraná.

Em relação aos CEJUSCs com serviços PRÉ e CID, as coordenadorias regionais vêm mantendo contato com todas as comarcas, incentivando a realização de parcerias/cooperações com outras entidades, para que esses serviços possam ser viabilizados fora do ambiente forense. Especificamente no que toca à cidadania, haverá importante apoio e orientação do Núcleo de Direitos do Cidadão, NUCID, presidido e coordenado pelo Desembargador Ruy Muggiati.

A partir do mês de julho, uma nova reunião do NUPEMEC deve iniciar o processo de certificação dos primeiros novos centros que passarão a funcionar oficialmente. A expectativa é de que o número de CEJUSCs PRO no estado aumente significativamente com a aprovação de cerca de 30 novos Centros. A partir da

finalização das primeiras fases, cerca de 80% das comarcas envolvidas já devem ter CEJUSCs instalados. O objetivo dessa metodologia de trabalho é estendê-los para todas as 161 comarcas do Paraná.

Aqui tem CEJUSC

A partir desse momento, com os primeiros resultados aparecendo de forma prática, a 2ª Vice-Presidência lança a Ação: "Aqui tem CEJUSC". Através de banners ou placas com a logomarca desenvolvida, a proposta é disseminar a cultura desse trabalho, identificando os locais onde os Centros passarão a funcionar.

O objetivo do projeto é, até o final do ano de 2016, transformar o Paraná no estado com mais CEJUSCs por habitante de todo o país. Vamos mostrar juntos que Aqui tem CEJUSC!



Deliberações do Órgão Especial

Em 11 de abril de 2016 o Órgão Especial do TJPR aprovou a Resolução nº 155, que modificou o art. 150 da Resolução nº 93/2013, estabelecendo que, no âmbito dos Juizados Especiais Cíveis, às Varas Descentralizadas da Capital compete a conciliação, o processo, o julgamento e a execução de causas cíveis de menor complexidade, assim definidas em lei, excluídas as hipóteses referentes à matéria bancária, de telecomunicações ou acidentes de trânsito, cuja competência absoluta é afeta ao 1º, 3º e 7º Juizados Especiais do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. A redação anterior não contemplava as excludentes de competência material apresentadas na parte final do artigo alterado pela Resolução nº 155.

Outra Resolução de grande relevância editada no primeiro semestre é a de número 158, de 09 de maio de 2016, que alterou o art. 147 e o art. 148-A da Resolução nº 93/2013.

Através dela, a denominação da 79ª Vara Judicial do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba passou a ser 4º Juizado Especial da Fazenda Pública do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, com competência exclusiva e absoluta para as causas da Fazenda Pública, ou seja, aquelas de interesse dos entes públicos até o valor de 60 salários mínimos, tal como definidas na Lei nº 12.153/2009.

Ainda, é oportuno destacar que o Órgão Especial alterou o art. 39 da Resolução nº 93/2013. A partir dessa modificação, nas Comarcas e Juízos de Foro Único do Estado do Paraná com mais de uma serventia, as secretarias do Juizado Especial Cível, Criminal e Fazenda Pública, quando não for hipótese de unidade autônoma, passam a funcionar sempre junto à serventia criminal, que é estatizada e conta com estrutura e servidores custeados pelo Poder Público.

Justiça ao Torcedor

Dando continuidade às atividades do programa, em 2016 o Justiça ao Torcedor permaneceu atuando nas partidas de futebol consideradas de alto risco. A novidade foi a inclusão de um evento de MMA (Campeonato Mundial de Artes Marciais Mistas).

As primeiras atuações foram realizadas durante o Campeonato Paranaense. Além das



duas partidas finais, entre Atlético e Coritiba, nos dias 01 e 08 de maio, o Juizado do Torcedor também realizou suas atividades em outras seis partidas da competição. No total foram registradas 11 ocorrências.

Seguindo a recomendação de atuar em qualquer evento considerado de risco, o Justiça ao Torcedor se fez presente também no UFC 198, um dos maiores eventos de MMA do mundo, realizado em diversos países. O Paraná recebeu a competição pela primeira vez, no dia 14 de maio no Estádio Joaquim Américo Guimarães (Arena da Baixada). Durante as 7 horas de evento, mais de 45 mil pessoas estiveram presentes no estádio, o terceiro maior público da história do evento no mundo. Para garantir ampla cobertura, a equipe do Juizado do Torcedor foi ampliada, sendo designados quatro magistrados e quatro servidores que contaram com o apoio de três promotores e três advogados.

Para o segundo semestre a previsão do Programa é atuar nos jogos do Campeonato Brasileiro, Copa do Brasil e quaisquer outros eventos de grande porte que possam demandar a sua atuação.

Vara Descentralizada do Boqueirão é instalada em Curitiba

Em mais um esforço de aproximar a Justiça dos cidadãos e melhorar a prestação dos serviços jurisdicionais, o Tribunal de Justiça do Paraná instalou, no mês de maio deste ano, a Vara Descentralizada do Boqueirão. A unidade faz parte do programa Fóruns Descentralizados de Curitiba – Justiça Presente, que criou um plano de ações para viabilizar a ampliação do atendimento e criação de Fóruns nas regionais administrativas da Prefeitura Municipal de Curitiba.

A nova unidade, que conta com uma estrutura de 1.400 m² de área útil, será responsável por atender demandas das áreas de Família, Infância e Juventude protetiva, dos Juizados Especiais Cível e Criminal, e, ainda, contará com uma unidade de CEJUSC (Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania). O Fórum Descentralizado está localizado próximo ao Terminal do Carmo, na Avenida Marechal Floriano Peixoto, nº 8257, e será responsável por atender cerca de 200 mil pessoas dos bairros do Boqueirão, Alto Boqueirão, Xaxim e Vila Hauer.

Na solenidade de inauguração das instalações, realizada no dia 18/05, estiveram presentes os membros da cúpula do TJPR, os Desembargadores: Paulo Roberto Vasconcelos, Presidente do TJPR; Renato Braga Bettega, 1º Vice-Presidente; Fernando Wolff Bodziak, 2º Vice-Presidente; Eugênio Achille Grandinetti, Corregedor-Geral da Justiça e Robson Marques Cury, Corregedor da Justiça, além de outras autoridades e servidores. Em seu discurso, o Desembargador Paulo Vasconcelos agradeceu todos os magistrados e servidores que colaboraram com o projeto, e destacou a importância do evento. "Este é um momento marcante tanto para o Tribunal de Justiça do Paraná, como para o bairro do Boqueirão; através dessa nova unidade nós conseguimos atingir os objetivos de fazer justiça e trazê-la para perto da população, sempre respeitando três princípios básicos: legalidade, moralidade e amor ao próximo", declarou o presidente.

O Desembargador Fernando Bodziak também aproveitou seu discurso para parabenizar toda a equipe e apontar os benefícios que a população terá com mais essa unidade judicial. "O fórum descentralizado é a



concretização de um novo modelo de atendimento à população e ao jurisdicionado: a Justiça da Cidadania. Esse modelo de Descentralização é pioneiro no Brasil e pretende aproximar o Judiciário das pessoas, prestando um serviço de forma mais eficiente, mais direta, mais descomplicada", completou o 2º Vice-Presidente.

Atualmente, além da Vara Descentralizada do Boqueirão, estão em funcionamento na Capital outras três unidades nos bairros de Santa Felicidade, Pinheirinho e Cidade Industrial. No segundo semestre de 2016 ainda deve ser instalada a Vara Descentralizada do Bairro Novo (Sítio Cercado), já aprovada pelo Órgão Especial do TJPR.

As Capacitações continuam!

O ano de 2016 ficará marcado pelo expressivo número de pessoas capacitadas para atuarem como mediadores e conciliadores judiciais – os chamados “facilitadores”. As capacitações fazem parte do plano de estruturação e instalação dos Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania (CEJUSCs) promovido pela 2ª Vice-Presidência, através do NUPEMEC.

No primeiro semestre de 2016 foram capacitados 296 colaboradores, em preparação para a instalação dos CEJUSCs em todo o Estado. Os cursos foram ministrados nas Comarcas de Cascavel, Toledo, Maringá, Ponta Grossa e Curitiba. O objetivo para o próximo semestre é capacitar 600 profissionais, em cursos presenciais com custo zero, tanto para o Tribunal de Justiça do Paraná, quanto para os servidores.

A partir dessas capacitações é feita uma análise documental para validação de cursos e estágios. Em seguida, os resultados são apresentados na reunião do colegiado, responsável pela homologação e emissão dos

certificados. Com o término dos cursos necessários ao cumprimento do estágio supervisionado dos instrutores, a documentação também é repassada ao NUPEMEC e encaminhada ao CNJ para certificação definitiva dos instrutores.

Além disso, será disponibilizado um curso de conciliação em formato pocket, com a gravação de aulas expositivas e demonstrações práticas, necessárias para consolidar a forma procedimental de funcionamento dos CEJUSCs e de atuação de servidores. O objetivo é preparar, de forma ágil e eficiente, os servidores que atuarão nos Centros, em contraturno, até que seja possível a execução de novos cursos presenciais.

Paralelamente, a Coordenadoria de Capacitações aferiu dados de alunos dos cursos de capacitação até então promovidos, em preparação para a migração de dados ao Cadastro de Mediadores do Paraná. Assim que esse cadastro estiver finalizado, será encaminhado ao Conselho Nacional de Justiça, para inclusão no Cadastro Nacional.

TJPR participa do III FONAMEC



O III Fórum Nacional de Mediação e Conciliação (FONAMEC) foi realizado nos dias 14 e 15 de abril deste ano, em Cuiabá/MT. Com o objetivo de fomentar a cultura da paz, por meio da resolução de conflitos através de métodos autocompositivos, o evento trouxe para o centro das discussões a preocupação em adequar as políticas desenvolvidas na área de conciliação e mediação ao novo CPC e à Lei da Mediação.

Participaram do evento diversas autoridades nacionais ligadas ao tema, como o Ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ), presidente de honra do FONAMEC e coordenador

do Comitê Nacional da Conciliação no CNJ, Marco Aurélio Gastaldi Buzzi, e o juiz auxiliar da Presidência do CNJ e membro do Comitê Gestor da Conciliação, André Gomma de Azevedo. O Tribunal de Justiça do Paraná foi representado pelo magistrado João Luiz Manassés de Albuquerque Filho, integrante do NUPEMEC-PR.

Além das 11 palestras ministradas, o evento foi marcado pela apresentação de boas práticas desenvolvidas em diversos tribunais. Para a discussão de propostas e enunciados, o encontro ainda contou com a participação de magistrados e servidores de várias regiões do país através de um sistema de videoconferência.

Os 56 enunciados aprovados nas três edições do encontro estão sendo analisados pela Comissão de Acesso à Justiça do Conselho Nacional de Justiça para as devidas adaptações frente à aprovação da Emenda 2 da Resolução nº 125/2010 do Conselho Nacional de Justiça. Entre os enunciados aprovados estão a realização de conciliação ou mediação por videoconferência, inclusive por preposto, e a criação de um setor de cidadania para implantar projetos de cunho social.

TJPR recebe Comitativa dos EUA



No final de fevereiro, a 2ª Vice-presidência foi responsável por receber uma comitativa norte-americana formada por diversos juizes e advogados. Entre eles estava o Juiz Federal do 9º Circuito da Corte de Apelações dos EUA, John Clifford Wallace, um dos especialistas mais reconhecidos na área de mediação no exterior.

Durante a visita o desembargador Fernando Wolff Bodziak, 2º Vice-Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, recebeu a comitativa em seu gabinete para uma conversa informal. O encontro contou com uma troca de experiências bastante proveitosa, principalmente no que diz respeito à política de autocomposição.

Aos 87 anos de idade e ainda na ativa, o juiz federal norte-americano explicou que tem percorrido o mundo com o objetivo de estimular a mediação e divulgar as boas práticas que percebe em suas visitas. Em fevereiro, quando esteve aqui, já havia passado por 11 países, sempre incentivando esse método que considera indispensável para desafogar o Judiciário.

Em Curitiba, o grupo conheceu parte da estrutura do TJPR e recebeu informações sobre o Novo CPC e o Plano de Estruturação e Instalação de CEJUSCs no Estado. Ao final do encontro, Wallace e seus colegas agradeceram a receptividade e elogiaram as propostas que vem sendo desenvolvidas no Paraná.

Justiça Restaurativa, meta para 2016

O ano de 2016 ficou marcado pelos desafios e incentivos à política de autocomposição em todo o país. Além das modificações desencadeadas pela entrada em vigor do NCPC e da Lei de Mediação, o CNJ estabeleceu novas metas para o Judiciário. Dentre elas está a Meta 8, que recomenda aos Tribunais a implantação de ao menos um projeto, com equipe capacitada, para oferecer as práticas de Justiça Restaurativa (JR).

No Paraná essa política vem sendo construída em Ponta Grossa, há 2 anos. O projeto, desenvolvido pelas magistradas Laryssa Angélica Copack Muniz e Jurema Carolina da Silveira Gomes, é pioneiro no Estado e apoiado pelo NUPEMEC do TJPR. As atividades tiveram início em 2014. A partir daí, os profissionais envolvidos aprimoraram os conceitos e decidiram implementar essas práticas por meio do CEJUSC.

Atualmente, em Ponta Grossa, a JR está

presente nos âmbitos pré-processual e processual, em casos de violência doméstica e familiar, contravenções penais, crimes de médio e menor potencial ofensivo, direito de família e cível. Só em 2015, foram realizados mais de 100 atendimentos com práticas restaurativas em Ponta Grossa.

Além dos resultados obtidos na comarca, as magistradas, em conjunto com o Des. Roberto Portugal Bacellar, ganharam destaque por integrarem um grupo de trabalho do CNJ. A iniciativa, desenvolvida pelo presidente do Conselho, ministro Ricardo Lewandowski, foi responsável pela criação da Resolução que contém as diretrizes para implementação e difusão da prática da JR no Poder Judiciário.

Com isso, o objetivo do NUPEMEC é utilizar essa experiência para ampliar a Justiça Restaurativa no Estado, apresentando a iniciativa de Ponta Grossa como um projeto piloto para o cumprimento da Meta 8 em 2016.

Justiça e Cidadania também se Aprendem na Escola



Em sua 23ª edição, o Programa Justiça e Cidadania também se Aprendem na Escola iniciou 2016 com novidades. Depois de apresentar um crescimento de mais de 400% só no último ano, a iniciativa ganhou o apoio institucional da Caixa Econômica Federal, que proporcionou a impressão de novas cartilhas, e uma coordenação específica composta pelas magistradas: Dra. Fernanda Karam de Chueiri Santos, Dra. Adriana de Lourdes Simette, Dra. Flávia Viana e Dra. Letícia Guimarães.

O objetivo da nova organização é garantir uma unidade para as ações desenvolvidas pelo programa. Para tanto, a primeira ação das coordenadoras foi reunir magistrados, promotores de justiça e advogados que pretendiam participar do projeto para tirar dúvidas e dividir experiências. No encontro os participantes também fizeram a escolha das instituições que devem acompanhar ao longo de todo o ano.

Na capital, as cartilhas foram distribuídas para 15 escolas da rede municipal de ensino. No início de junho foram iniciadas as visitas dos alunos ao Tribunal de Justiça do Paraná. A primeira delas, realizada no dia 01/06, contou com a presença de 190 crianças que foram recebidas pelo 2º Vice-Presidente do TJPR, Desembargador Fernando Wolff Bodziak, pela magistrada Melissa de Azevedo Olivas e pela advogada Zuleika Loureiro Giotto. As apresentações culturais, que encerram a agenda de atividades, serão realizadas no final do 2º semestre de 2016.

No interior do Estado, o Justiça e Cidadania também se Aprendem na Escola

também vem ganhando destaque. Na Comarca de Manoel Ribas, a Juíza Amanda Vaz Cortesi recebeu a visita dos alunos ainda no final de abril. Na região, o Programa contou com o apoio do Ministério Público e do Rotary Club da cidade, que realizou a doação de Constituições Federais para as escolas participantes. As apresentações culturais dos alunos devem acontecer ainda no primeiro semestre.

Em Maringá, a magistrada Liége Aparecida de Souza Gouvêia promoveu o início das atividades do projeto no final de março. Foram realizadas visitas em diversas escolas municipais, distribuição do material didático e palestras para os estudantes.

Em Nova Esperança, a magistrada Ana Lucia Penhalbel Moraes desenvolve o projeto pela primeira vez. O objetivo é atingir 100% das escolas da rede pública municipal de ensino, atendendo 318 crianças.

Ainda foram registradas ações nas Comarcas de Tomazina e Campina Grande do Sul.



Projeto Criança e Adolescente Protegidos

Com o objetivo de garantir o direito de identificação e fortalecer a rede de segurança pública contra desaparecimentos de pessoas, a Desembargadora Lidia Maejima idealizou o projeto Criança Protegida, ampliado pelo Governo do Estado, em Criança e Adolescente Protegidos. A iniciativa funciona com uma parceria entre o Tribunal de Justiça do Paraná e o Governo Estadual, que garantem a Carteira de Identidade, por meio da coleta de impressões digitais, de forma biométrica, a todas as crianças e adolescentes matriculados na rede de ensino público estadual e municipal.

O projeto teve início em 2014, atuando, ainda como piloto, nos municípios de Londrina, Maringá e Ibiporã. No final de 2015 conquistou o primeiro lugar do XII Prêmio Inovare, na categoria Tribunal, uma das mais importantes premiações da Justiça Brasileira. A partir daí o Criança e Adolescente Protegidos ganhou o apoio do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente (CEDCA/PR) e recebeu verbas do Fundo da Infância e da Adolescência (FIA).

Em maio de 2016 o Governo Estadual reafirmou a parceria lançando oficialmente o projeto para todo o Paraná. A partir dessa data, os Postos de Atendimento Totalmente Informatizados do Instituto de Identificação do Estado (PATIs), localizados em 29 cidades

paranaenses, irão dedicar dois dias de trabalho por mês para atender exclusivamente os alunos encaminhados pelas escolas municipais e estaduais. Com isso, cerca de 1,5 milhão de crianças devem receber sua identificação de forma totalmente gratuita.

Uma segunda fase da iniciativa será a aquisição de estações de trabalho para maternidades, que farão a identificação em recém-nascidos, e veículos adaptados equipados para levarem postos itinerantes até as escolas e localidades mais remotas. Dessa forma, o objetivo é realizar a identificação biométrica de todos os paranaenses, reforçando a rede de segurança através da criação de um banco de dados que possa ser utilizado na identificação de pessoas desaparecidas, agilizar investigações, combater a prostituição infanto-juvenil com a utilização de documentos falsos de pessoas maiores, e ainda possa ser usado como importante instrumento de controle da evasão escolar.

Para a Desembargadora Lidia Maejima, esse é um trabalho complexo e de grande importância que está apenas começando. "Estou muito feliz de poder contar com todo o apoio do Poder Executivo e também do TJPR. Esse projeto é pioneiro no Brasil e o nosso alvo é, sem dúvida, a proteção da criança e do adolescente", destaca a magistrada.



Justiça na Ilha

Pensando em estender as ações do Programa Justiça e Cidadania também se Aprendem na Escola para localidades remotas, a juíza Mércia do Nascimento Franchi, da Comarca de Paranaguá, extrapolou as barreiras continentais. Como coordenadora do programa na região, a juíza pretende atender mais de 700 crianças de escolas da rede municipal de ensino, incluindo duas instituições localizadas na Ilha do Mel.

As primeiras visitas foram realizadas em maio e contaram com a presença do prefeito de Paranaguá, Edison Kersten, do presidente da Câmara de Vereadores, Jozias da Negui e de uma equipe de estudiosos do Centro de Estudos do Mar da UFPR, além da magistrada. O transporte foi garantido pela Polícia Ambiental do Paraná, através de embarcações da Força Verde.

No total, 24 crianças das escolas Nova Brasília e Teodoro Valentim participaram da

ação. Além das explicações sobre os poderes executivo, legislativo e judiciário, os estudantes receberam informações a respeito de direito ambiental, preservação da natureza e foram convidados a simular um tribunal do júri. O ponto alto da visita ficou por conta das biólogas voluntárias que levaram materiais representativos da fauna e flora marinhas. A próxima etapa do projeto deve acontecer no início de julho, quando os mesmos alunos realizarão uma visita ao Fórum de Paranaguá.

Segundo a magistrada Mércia Franchi, desde o início das ações do Justiça e Cidadania também se Aprendem na Escola o objetivo era incluir um viés ambiental. Em 2015 foram plantadas quase 200 mudas de árvores durante as ações do programa; neste ano, o foco foi direcionado à vida marinha. "Com ações muito simples conseguimos passar os conceitos básicos e demonstrar que todos os cidadãos são responsáveis por preservar a natureza. O resultado desse trabalho não é visível agora, e nem pode ser traduzido em números, são pequenas transformações, e transformar o ser humano é o melhor resultado que se pode alcançar", diz a magistrada.

Em 2016 o programa deve ser desenvolvido em 10 escolas de Paranaguá. Além da juíza, participam das ações os magistrados: Dr. Guilherme Moraes Nieto, Dra. Pamela Dalle Grave Flores, Dra. Cintia Graeff de Luca e Dra. Débora Cassioano Redmond, além de 20 advogados.



Casamento Coletivo Cidadão

Com o objetivo de orientar casais de baixa renda que pretendem se casar, os Coordenadores do CEJUSC de Toledo, o Juiz Rodrigo Rodrigues Dias e a Juíza Denise Kruger, criaram o projeto "Casamento Coletivo Cidadão". A iniciativa teve início em 2015 e pretende auxiliar os casais com orientações jurídico-sociais no processo de habilitação e realização da cerimônia de forma gratuita.

Atualmente o Projeto funciona por meio de uma parceria do CEJUSC com o Curso de Direito da Faculdade Sul Brasil (Fasul) e a Secretaria de Políticas para Mulheres de Toledo. Todo o processo começa com a inscrição dos casais interessados, que precisam morar na cidade e possuir renda familiar de até três salários mínimos. A partir daí eles são atendidos, nos CRAS de sua região, pelos

acadêmicos da FASUL, que orientam os casais quanto ao regime de bens, impedimentos e também sobre a adoção do nome. Cabe ao CEJUSC requerer a documentação do casal e realizar os trâmites necessários à celebração do casamento.

Na sequência, o Casamento Coletivo Cidadão conta com a colaboração das Secretarias Municipais de Comunicação Social, de Assistência Social e Proteção à Família e Administração, que auxiliam nas confraternizações dedicadas aos noivos.

Na primeira edição do programa, 114 casais realizaram o matrimônio. Em 2016, a expectativa é aumentar esse número. Duas cerimônias já foram realizadas, outras duas devem acontecer até o final do ano, atendendo mais de 180 casais de Toledo.

Wenceslau Braz reforça Rede de Proteção à Criança

Foi a partir de visitas de inspeção, realizadas nos órgãos que fiscalizam o cumprimento das medidas socioeducativas em meio aberto, nos três municípios que integram a Comarca de Wenceslau Braz, que o magistrado Élberty Mattos Bernardineli percebeu a necessidade de melhorar a qualificação da equipe para garantir o caráter pedagógico das medidas socioeducativas. O objetivo era buscar o aperfeiçoamento no atendimento e na fiscalização do cumprimento das medidas através da capacitação das equipes dos municípios.

Em 2016, com o apoio da psicóloga do Serviço de Atendimento à Infância e Juventude (SAIJ), Ana Paula Rossito Mantoan, foram feitos contatos com o escritório regional da Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social que se dispôs a realizar a "I Reunião Técnica sobre medidas socioeducativas em meio aberto da Comarca de Wenceslau Braz". O encontro, realizado em março, tratou de questões referentes ao Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), e reuniu representantes das Secretarias Municipais de

Assistência Social e conselheiros tutelares de 6 municípios da região.

A sequência do trabalho foi viabilizada com o apoio do Conselho de Supervisão dos Juízes da Infância e da Juventude, CONSIJ, que ajudaram a criar um plano de trabalho destinado às Reuniões Técnicas Sistemáticas. O objetivo, além de informar, é refletir e discutir questões referentes às medidas socioeducativas em meio aberto com psicólogos, assistentes sociais e secretários municipais de assistência social envolvidos com o trabalho.

O primeiro encontro do plano, realizado no dia 15 de abril, reuniu mais de 90 pessoas da rede de proteção à criança e ao adolescente dos municípios que integram a comarca. Nos próximos meses as reuniões terão continuidade com um cronograma de periodicidade mensal. Para o juiz Dr. Élberty Mattos Bernardineli, a formação desses profissionais é fundamental. "Somente com a capacitação continuada e articulada de toda a rede será possível concretizar o efeito pedagógico das medidas socioeducativas na forma preconizada pelo Estatuto da Criança e do Adolescente", diz o juiz.

Eu não aceito violência - e você?

A Campanha "Eu não aceito violência - e você?" foi criada em Campo Mourão, há 9 anos. Lançada anualmente no dia 18 de maio, dia nacional de combate ao abuso e à exploração sexual contra crianças e adolescentes, tem por objetivo reforçar a atuação de toda a rede local de proteção, incentivar as denúncias de abuso e informar a população.

Neste ano, o lançamento aconteceu no Fórum de Campo Mourão e seguiu com um desfile reunindo integrantes da rede de atendimento à criança e ao adolescente e crianças de escolas municipais. Além da Vara da Infância e Juventude da Comarca, são parceiros no projeto o CREAS, Conselho Tutelar, Ministério Público e as Polícias Militar e Civil.

Apesar da maior divulgação acontecer nessa data, as ações da Campanha se prolongam durante todo o ano. Os integrantes do projeto distribuem material educativo e realizam palestras para pais e alunos.

Através da Campanha, o Fórum já registrou o aumento do número de denúncias e



de atendimentos para casos dessa natureza. O juiz da Vara da Infância e Juventude, Edson Jacobucci Rueda Junior, destaca a importância da iniciativa: "É uma campanha de conscientização, que serve como alerta para toda a sociedade despertar para o tema, unindo forças para que, efetivamente, todo o caso de abuso sexual chegue ao conhecimento do Poder Judiciário, para punir o agressor, mas principalmente para proteger a criança ou adolescente vítima da ação criminosa".